



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO MEARIM  
CNPJ: 05.646.807/0001/10

RECEBIDO  
EM 09/05/24  
AS  
C. M. VITÓRIA DO MEARIM  
CNPJ: 05.646.807/0001/10

PROJETO DE LEI Nº 30 DE 26 DE MARÇO DE 2024.

Concede-se subvenção social às Obras Sociais da Paróquia de Vitória do Mearim-OSPAVIME, a ser destinado exclusivamente ao custeio da folha de pagamento de pessoal do Instituto Nossa Senhora de Nazaré-INSN, entidade educacional comunitária, sem fins lucrativos e de utilidade pública, mantida pela OSPAVIME e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Vitória do Mearim-MA, autorizado a conceder, a partir do corrente exercício e em parcelas mensais, subvenção social em favor das Obras Sociais da Paróquia de Vitória do Mearim-MA – OSPAVIME, CNPJ: 06243968/0001-25, entidade privada, instituição mantenedora do Instituto Nossa Senhora de Nazaré-INSN, patrimônio material e imaterial de Vitória do Mearim-MA, entidade educacional, comunitária, sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública em lei estadual e municipal.

A referida subvenção social, consiste no repasse do valor anual estabelecido pelo Conselho Municipal de Educação, à OSPAVIME, a ser destinado ao pagamento de 50% das despesas com a folha de pessoal do Instituto Nossa Senhora de Nazaré-INSN, no importe de R\$ 20.316,71 (vinte mil trezentos e dezesseis reais e setenta e um centavos) a ser corrigido anualmente pelo INPC.

§ 1º Os recursos devem ser transferidos mensalmente até o dia 30 de cada mês e devem ser aplicados exclusivamente em despesas da folha de pagamento de pessoal, do INSN no Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

§ 2º As despesas decorrentes da execução da subvenção social prevista no *caput* correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, a ser legalmente suplementada e consignadas no orçamento vigente, mediante aporte de recursos oriundos das receitas gerais do Município, exceto das vinculadas e de transferências voluntárias.

§ 3º Deve o poder executivo assegurar dotação orçamentária anual para custeio da citada subvenção social.

Art. 2º No primeiro mês de cada exercício financeiro, será assinado Termo de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO MEARIM**  
**CNPJ: 05.646.807/0001/10**

Fomento, visando garantir a subvenção social prevista nesta lei.

Art. 3º Caberá ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Educação a plena e efetiva fiscalização, bem como o acompanhamento das atividades e das obrigações assumidas pela entidade beneficiada, elaborando, mensalmente, relatório de execução de objeto, com manifestação conclusiva quanto à regularidade e ao cumprimento do plano de trabalho.

Parágrafo único. Para o cumprimento das disposições previstas nesta lei, deverão ser atendidas, no que couberem, as regras da legislação vigente, bem como as demais instruções legais e específicas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Art. 4º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, em até 45 dias após o recebimento, ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Educação, que, após a análise de que trata o artigo 3º, submeterá a prestação de contas ao controle interno do Município para análise e parecer.

§ 1º O prazo fixado no caput deste artigo poderá ser prorrogado pelo órgão concessor, em despacho devidamente fundamentado.

§ 2º Os órgãos a que se refere este artigo deverão examinar e opinar conclusivamente quanto à regularidade da prestação de contas apresentada, podendo, inclusive, determinar a realização de diligências necessárias ao correto controle das contas, observando, ainda, as demais condições constantes do Termo de Fomento, ou instrumento congênere, a que se refere o art. 2º.

Art. 5º A concessão da subvenção social de que trata esta lei depende de sua conformidade com o Plano Plurianual do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como da comprovação de observância, pelo Município, dos princípios da eficiência e da economicidade.

Parágrafo único. Em face da subvenção de que trata esta lei, o Município, no exercício financeiro de 2024 e nos subsequentes, promoverá as adequações, eventualmente necessárias, dos diplomas legais a que se refere o caput deste